

Fil.

Professor: Larissa Rocha
Gui de Franco
Monitor: Debora Andrade



Este conteúdo pertence ao Descomplica. Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito. Todos os direitos reservados.

RESUMO

Kant e o iluminismo

O Iluminismo foi uma revolução intelectual que ocorreu no século XVIII e que se contrapôs aos ideais defendidos ao longo do período medieval. Esse processo histórico teve seu início, por assim dizer, com o movimento renascentista e, em linhas gerais, representa a transformação progressiva de uma mentalidade teocêntrica para uma mentalidade antropocêntrica. O filósofo alemão Immanuel Kant (1724 – 1804) é um dos mais importantes pensadores iluministas, sendo considerado por muitos comentadores como o principal filósofo da Modernidade. A doutrina moral kantiana é, nesse sentido, independente de qualquer de qualquer sentido religioso, estando fundamentada na própria subjetividade humana, ou seja, no aparelho cognitivo universal e necessário que está presente em todo e qualquer ser humano.

Ética deontológica

A Ética defendida por Kant é uma ética deontológica, isto é uma ética baseada fundamentalmente na noção de dever moral. Dever aqui é entendido não como uma obrigação ditada por um ser superior, mas **sim como obrigação que se baseia no próprio aparelho cognitivo humano, isto é, na noção kantiana do “eu transcendental” ou “sujeito transcendental”**. **Todos os seres humanos, segundo Kant, possuem o mesmo aparato cognitivo, e para que possamos agir racionalmente precisamos de princípios que nos são dados a partir da consciência moral. Nesse sentido, a vida moral está restrita aos seres humanos, pois apenas eles podem exercer efetivamente sua vontade. No entanto, para que possamos agir de acordo com uma “vontade boa” precisamos, segundo Kant, de um imperativo, que é uma espécie de mandamento que nos impele a agir de uma determinada forma.**

Após analisar detidamente a consciência moral, Kant especificou o conceito de imperativo sob dois aspectos fundamentais: O imperativo hipotético e o imperativo categórico. O imperativo hipotético ordena uma ação com vistas a alcançar um determinado fim. Nesse primeiro caso, a ação é boa na medida em que possibilita que se alcance outra coisa além da própria ação. Por exemplo, quando faço algo na esperança de receber algo em troca, sendo guiado pelo imperativo hipotético. Por outro lado, o imperativo categórico é aquele que visa uma ação que é entendida como necessária por si mesma, ou seja, que não é realizada no intuito de se obter algo em troca, mas sim uma ação que é boa por si mesma. Por conta disso, Kant considera o imperativo categórico incondicionado, como absoluto, voltado para uma ação que tem em vista a noção de dever.

É apenas agindo a partir do imperativo categórico, e não a partir do imperativo hipotético, que a vontade do ser humano é verdadeiramente moral, no sentido de que tal ação é boa em si mesma e não boa em virtude de algo que lhe é exterior. É por conta disso que lemos a máxima kantiana que afirma o seguinte: **“Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal”**. Isso significa que nossa ação é moralmente boa apenas quando podemos universalizá-la, isto é, apenas quando todos possam agir da mesma forma sem qualquer contradição. Nesse sentido, uma ação não pode ser considerada boa a partir de condicionantes como: chegar ao céu, ser feliz, evitar a dor, ou qualquer outro interesse particular. Uma ação verdadeiramente moral tem como base a racionalidade humana, que é incondicional e necessária.

EXERCÍCIOS

1. **“Para este esclarecimento, porém, nada mais se exige senão liberdade.** E a mais inofensiva entre tudo aquilo que se possa chamar liberdade, a saber: a de fazer um *uso público* de sua razão em todas as questões. (...) Que limitação, porém, impede o esclarecimento? Qual não o impede, e até mesmo o favorece? Respondo: o uso *público* de sua razão deve ser sempre livre e só ele pode realizar o esclarecimento entre os homens. O *uso privado* da razão pode, porém, muitas vezes ser muito estreitamente limitado, sem contudo por isso impedir notavelmente o progresso do esclarecimento. Entendo contudo sob o nome de uso público de sua própria razão aquele que qualquer homem, enquanto *sábio*, faz dela diante do grande público do *mundo letrado*. Denomino uso privado aquele que o sábio pode fazer de sua razão em um certo *cargo público* ou função a ele confiado. Ora, para muitas profissões que se exercem no interesse da comunidade, é necessário um certo mecanismo, em virtude do qual alguns membros da comunidade devem comportar-se de modo exclusivamente passivo para serem conduzidos pelo governo, mediante uma unanimidade artificial, para finalidades públicas, ou pelo menos devem ser contidos para não destruir essa finalidade. Em casos tais, não é sem dúvida permitido raciocinar, mas deve-se obedecer. Na medida, porém, em que esta parte da máquina se considera ao mesmo tempo membro de uma comunidade total, chegando até à sociedade constituída pelos cidadãos de todo o mundo, portanto na qualidade de sábio que se dirige a um público, por meio de obras escritas de acordo com seu próprio entendimento, pode certamente raciocinar, sem que por isso sofram os negócios a que ele está sujeito em parte como membro passivo. Assim, seria muito prejudicial se um oficial, a quem seu superior desse uma ordem, quisesse pôr-se a raciocinar em voz alta no serviço a respeito da conveniência ou da utilidade dessa ordem. Deve obedecer. Mas, razoavelmente, não se lhe pode impedir, enquanto homem versado no assunto, fazer observações sobre os erros no serviço militar, e expor essas observações ao público, para que as julgue. (...) Do mesmo modo também o sacerdote está obrigado a fazer seu sermão aos discípulos do catecismo ou à comunidade, de conformidade com o credo da Igreja a que serve, pois foi admitido com esta condição. Mas, enquanto sábio, tem completa liberdade, e até mesmo o dever, de dar conhecimento ao público de todas as suas ideias, cuidadosamente examinadas e bem-intencionadas, sobre o que há de errôneo naquele credo, e expor suas propostas no sentido da melhor instituição da essência da religião e da Igreja. (...) Por conseguinte, o uso que um professor empregado faz de sua razão diante de sua comunidade é unicamente um *uso privado*, porque é sempre um uso doméstico, por grande que seja a assembleia. Com relação a esse uso ele, enquanto padre, não é livre nem tem o direito de sê-lo, porque executa uma incumbência estranha. Já como sábio, ao contrário, que por meio de suas obras fala para o verdadeiro público, isto é, o mundo, o sacerdote, no *uso público* de sua razão, goza de ilimitada liberdade de fazer uso de sua razão e de falar em seu próprio nome.”

(KANT, I. “Resposta à pergunta: Que é ‘Esclarecimento?’”.)

Como Kant concilia liberdade e obediência a regras na passagem anterior?

2. [...] deve-se destacar que todo tipo de ética que se baseie na busca da felicidade é heterônoma, porque introduz fins materiais, com toda uma série de consequências negativas. A busca da felicidade polui a pureza da intenção e da vontade, posto que aponta para determinados fins (para aquilo que se deve fazer e não para o como se deve fazê-la) e assim condiciona.

(REALE, G.; ANTISERI, O. *História da filosofia II*. São Paulo: Paulinas, 1990, p. 917.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o tema, indique a ética que fundamenta esta crítica.

- A ética aristotélica, por ser teleológica.
- A ética kantiana, desenvolvida no século XVIII.
- A ética de Mill, autor classificado como utilitarista.
- A ética de Demócrito, discípulo de Leucipo.
- A ética de Spencer, modelo de ética evolucionista.

3. A Ilustração, movimento filosófico que marcou o século XVIII, apresenta, como uma de suas principais características, a aposta na razão como caminho para desenvolver o homem autônomo e esclarecido, seja através do conhecimento da natureza, da formulação dos imperativos da ética e da reflexão sobre os juízos de gosto. Sobre a filosofia ilustrada, assinale o que for correto.
- (01) É precursor da Ilustração Luís XIV, o rei Sol, que governou a França absolutista segundo os ideais de uma razão esclarecida.
- (02) Apesar de desenvolver a crítica da razão, a Ilustração permaneceu presa à teoria do conhecimento, ignorando aspectos políticos e estéticos da racionalidade.
- (04) Immanuel Kant, um dos representantes do movimento ilustrado, divide os usos da razão em teórico (possibilidade do conhecimento puro *a priori* e empírico) e prático (possibilidade de uma lei moral *a priori*).
- (08) A revolução copernicana foi determinante na teoria do conhecimento de Immanuel Kant, pois considera o sujeito e não o objeto como o fundamento do conhecimento.
- (16) Segundo Immanuel Kant, o lema da Ilustração é “sapere aude” (ouse saber), ou seja, faça uso do seu próprio entendimento sem a orientação de outrem.**
- SOMA: ()

4. Leia o texto a seguir:

Como determinamos as regras do que é certo ou errado? Immanuel Kant (1724-1804) responde a essa pergunta da seguinte forma: é moralmente correta a ação que está de acordo com determinadas regras do que é certo, independente da felicidade resultante a um ou a todos. Kant não propõe uma lista de regras com conteúdo previamente determinado – como é o caso dos mandamentos religiosos, por exemplo –, mas formula uma regra para averiguar a correção da máxima que orienta nossa ação. Essa regra de averiguação é chamada imperativo categórico [...]

(BORGES, M. de L.; DALL’AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *O que você precisa saber sobre... Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.15.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre o Imperativo Categórico kantiano, é correto afirmar:

- I. Constitui um princípio formal dado pela razão que visa à discriminação das máximas de ação, com a pretensão de verificar quais podem, efetivamente, enquadrar-se numa legislação universal.
- II. Representa a capacidade de a razão prática, do ponto de vista *a priori*, fornecer à vontade humana um dever incondicional com pretensão de universalidade e de necessidade.
- III. Compreende um princípio teleológico construído a partir da concepção **valorativa do “bem viver”** e que se impõe, como condição absoluta, na realização de ações e comportamentos das pessoas em geral.
- IV. Abrange a sabedoria prática, como condição inata de o ser humano deliberar e proceder, sempre de forma semelhante em relação às demais pessoas, no quesito das ações que envolvem virtude e prudência.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as afirmativas I e II são corretas.
- b) Somente as afirmativas II e IV são corretas.
- c) Somente as afirmativas III e IV são corretas.
- d) Somente as afirmativas I, II e III são corretas.
- e) Somente as afirmativas I, III e IV são corretas.

5. Para Kant, a moral não é a doutrina que nos ensina como nos tornamos felizes, mas sim a doutrina que ensina como devemos agir para nos tornarmos dignos da felicidade.

(KANT, I. *Crítica da razão prática*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Ed. 70, 1986. p. 149.)

Com base nos conhecimentos sobre a moral em Kant, é correto afirmar:

- a) O indivíduo que segue os mandamentos divinos por sincero amor a Deus é digno da felicidade.
- b) É digno da felicidade aquele que luta pela justiça social.
- c) Kant considera ser papel da sociedade decidir quem é digno da felicidade.
- d) É digno da felicidade o indivíduo que age segundo a autonomia da vontade.
- e) São dignos da felicidade os indivíduos que agem por compaixão.

6. Leia o texto a seguir.

Na Primeira Secção da *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Kant analisa dois conceitos fundamentais de sua teoria moral: o conceito de vontade boa e o de imperativo categórico. Esses dois conceitos traduzem as duas condições básicas do dever: o seu aspecto objetivo, a lei moral, e o seu aspecto subjetivo, o acatamento da lei pela subjetividade livre, como condição necessária e suficiente da ação.

(DUTRA, D. V. *Kant e Habermas: a reformulação discursiva da moral kantiana*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002. p. 29.)

Com base no texto e nos conhecimentos sobre a teoria moral kantiana, é correto afirmar:

- a) A vontade boa, enquanto condição do dever, consiste em respeitar a lei moral, tendo como motivo da ação a simples conformidade à lei.
- b) O imperativo categórico incorre na contingência de um querer arbitrário cuja intencionalidade determina subjetivamente o valor moral da ação.
- c) Para que possa ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve ter como condição necessária e suficiente uma vontade condicionada por interesses e inclinações sensíveis.
- d) A razão é capaz de guiar a vontade como meio para a satisfação de todas as necessidades e assim realizar seu verdadeiro destino prático: a felicidade.
- e) A razão, quando se torna livre das condições subjetivas que a coagem, é, em si, necessariamente conforme a vontade e somente por ela suficientemente determinada.

7. Diferenciam-se, na Filosofia, os juízos de conhecimento e os juízos de valor. Os primeiros qualificam os seres em suas propriedades objetivas, enquanto os segundos revelam as relações estabelecidas entre os seres a partir de um sujeito que julga. Sobre os juízos de conhecimento e os juízos de valor, assinale o que for correto.

(01) Uma proposição do tipo “A caneta é azul” é um juízo de conhecimento. Uma proposição do tipo “A caneta é ruim, pois falha muito” é um juízo de valor.

(02) A temática dos valores considera, de maneira notável, os juízos morais (realidade do dever ser) e os juízos estéticos (realidade dos sentimentos em relação aos objetos belos).

(04) Enquanto a moral é o conjunto de regras de conduta admitidas em determinada época por um grupo de pessoas, a ética é a parte da Filosofia que se ocupa da reflexão sobre a moral.

(08) Juízos de conhecimento, assim como juízos de gosto, são relativos à vontade dos indivíduos e não podem encontrar, por isso, fundamento racional que lhes dê estatuto universal e coletivo.

(16) Para o existencialismo, os juízos morais são indiscutíveis, razão pela qual se devem aceitar os padrões de conduta sem julgamento pessoal ou segundo as particularidades dos indivíduos.

SOMA: ()

8. Leia a tirinha e o texto a seguir.



A visão de Kant sobre o Iluminismo articula-se com sua filosofia moral da seguinte forma: o propósito iluminista é abandonar a menoridade intelectual para se pensar autonomamente. Além disso, pensar por si mesmo não significa a rigor ceder aos desejos particulares. Portanto, o iluminista não defende uma anarquia de princípios e de ação; trata-se, sim, de elevar a moral ao nível da razão, como uma legisladora universal que decide sobre máximas que se aplicam a todos indistintamente.

BORGES, M. L.; DALL'AGNOL, D.; DUTRA, D. V. *Ética*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 22-23.

- a) De acordo com a filosofia moral kantiana, explique a diferenciação entre autonomia e heteronomia.
- b) Explícite o significado do imperativo categórico de Kant e o relacione com a tirinha.

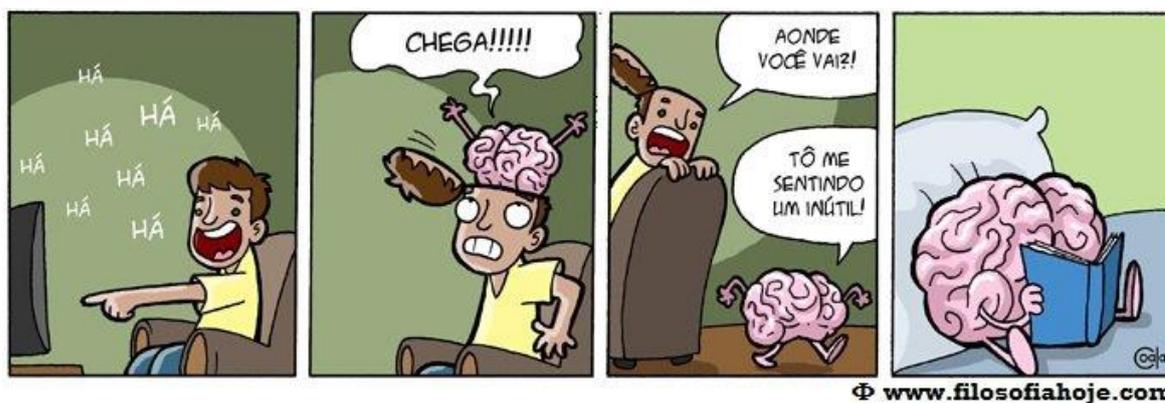
9. Ética ou a moral é que vem estabelecendo regras de conduta para a humanidade. Não se pode imaginar a vida social sem a presença de modelos morais ou éticos.

PAIM, Antônio. 1992.

Sobre isso, é correto afirmar que

- a) a esfera da moral singulariza a reflexão e a distinção entre o bem e o mal.
- b) a esfera da ética está à margem dos problemas morais.
- c) a vida social está alheia aos problemas morais, e o ato moral prescinde dos valores.
- d) a moral é o conjunto de normas e regras de condutas consideradas inválidas para se viver melhor.
- e) a ética é a ciência da moral, que não deixa à margem os problemas morais. A ética é uma reflexão sobre a moral.

10.



De acordo com os seus conhecimentos sobre o pensamento iluminista do filósofo alemão Immanuel Kant e a charge, explique os conceitos de menoridade e maioridade intelectual.

GABARITO

Exercícios

1. Kant concilia liberdade e obediência a regras na passagem em questão mediante a distinção entre uso público e uso privado da razão. Um indivíduo faz uso privado de sua razão na qualidade de executor de certo cargo ou função pública (a qual possui como finalidade o interesse da comunidade), obedecendo às regras cujo cumprimento é condição para a execução adequada de sua função. Por outro lado, na qualidade de alguém que reflete acerca do assunto com que trabalha, o mesmo indivíduo pode fazer um uso público de sua razão. O uso público da razão é aquele mediante o qual o indivíduo versado em certo assunto tem a liberdade de dirigir-se aos cidadãos de todo o mundo, expondo suas considerações e reflexões. O uso público e o uso privado da razão realizam-se em contextos diferentes, de acordo com os distintos papéis que um mesmo ser humano pode assumir na sociedade. Assim, um mesmo indivíduo pode obedecer às regras em um contexto e ser um livre examinador das mesmas regras em outro contexto. Não há, portanto, contradição real entre o uso público e o uso privado da razão. Um sinal disso é que uso privado da razão não impede o progresso do esclarecimento, enquanto o uso público da razão é condição necessária de sua realização.
2. b
O texto contém uma crítica aos filósofos gregos, que, partindo daquilo que é "bem" e "mal" moral, fundaram as leis morais e prescreviam o que deve e o que não se deve fazer para alcançar a felicidade. A ética kantiana inverte os termos: as leis morais são definidas antes que se defina o que é bom ou mau. Segundo Kant, é a vontade (ou intenção) pura que faz ser bom aquilo que ela quer, e não o contrário.
3. $04 + 08 + 16 = 28$
01 e 02 - incorretas. Os precursores da Ilustração, além de Kant, foram D'Alambert e Diderot, mais conhecidos como enciclopedistas, e muitos filósofos que contribuíram com artigos sobre vários temas. O desenvolvimento de uma teoria sobre a razão pura foi elaborada por Kant. Todas as áreas do saber foram supervalorizadas nesta época.
04, 08 e 16 - corretas. Kant escreve duas obras importantíssimas para a época e até hoje, *Crítica da razão pura* e *Crítica da razão prática*, a primeira versando sobre a possibilidade da razão conhecer os objetos e a realidade como um todo, e a segunda trabalhando com as questões práticas, como a moral e as ações humanas. Kant chamou de "revolução copernicana" sua resposta ao problema do conhecimento. O astrônomo Nicolau Copérnico formulou a teoria heliocêntrica – a teoria de que os planetas giravam em torno do Sol – para substituir o modelo antigo, de Aristóteles e Ptolomeu, em que a Terra ocupava o centro do universo, o que era mais coerente com os dogmas da Igreja Católica.
Até então, as teorias consistiam em adequar a razão humana aos objetos. Kant propôs o contrário: os objetos, a partir daí, teriam que se regular pelo sujeito. As leis não estariam nas coisas do mundo, mas no próprio homem. Para Kant, os homens, através do conhecimento, alcançariam a maioria, ou seja, deixariam de precisar de teorias, sendo mestres para resolver as próprias questões.
4. a
B, C, D e E – Incorretas. Os homens agem de acordo com suas vontades, e estas, por sua vez, podem ser estritamente racionais, baseadas naquilo que a razão prescreve como bom, mas podem ser também impulsionadas pelos sentidos, ou seja, podem ser de acordo com a inclinação sensível. Para estes, que agem segundo a inclinação sensível, a lei da razão assume forma de ordem, portanto, um imperativo (dever).
A – Correta. *A priori*, a razão prática fornece à vontade humana um imperativo cuja pretensão, segundo Kant, é universal e necessária. Tal capacidade se torna imperativa no julgamento das máximas de ação, verificando sua validade, para aqueles que não seguem a razão com sua vontade "santa".

5. d
- a) Incorreta. O conceito de Deus não pode ser confrontado com a razão, por isso, não passa de discurso. Desse modo, seguir os mandamentos divinos não passa de sofística, já que não há verdadeiramente um Deus que os tenha criado.
- b) Incorreta. É anacronismo falar em "justiça social" em Kant.
- c) Incorreta. Kant não atribui à sociedade o papel de julgar a felicidade dos indivíduos.
- d) Correta. Para Kant, toda a moral instituída, ou toda regra, qualquer que seja, que venha de fora, merece avaliação, pois todo o indivíduo possui livre arbítrio, ou seja, é capaz de avaliar de forma prática ou intelectual se tal regra é ou não digna de ser obedecida. Quando um indivíduo resolve, por livre arbítrio, seguir qualquer regra, torna-se responsável por ela, ou por seu resultado. Portanto, é digno de felicidade aquele que age segundo seus próprios ditames.
- e) Incorreta. A compaixão pode produzir mentiras, ou erros, por isso não pode, necessariamente, garantir a felicidade.

6. a
- O conceito de imperativo categórico em Kant pode ser resumido como a postura moral na qual a pessoa age bem (em conformidade com o bem comum) na expectativa de que toda a sociedade aja de forma semelhante. O conceito de vontade boa (ou de boa vontade) é relativo ao tipo de ação indicada por Kant, em que a pessoa age procurando o bem e sem buscar nada em troca. A ação é boa em si mesma. Assim, a afirmativa A está correta, a vontade boa está de acordo com a lei moral, pois é relacionada ao coletivo e não ao individual. A afirmativa B está errada porque o imperativo categórico nos é dado pela conduta em sociedade e não por um querer arbitrário subjetivo. A afirmativa C está errada porque, para ser qualificada do ponto de vista moral, uma ação deve corresponder a uma expectativa de bem coletivo e de vontade coletiva; não basta apenas ser sensível, se ela se voltar apenas à vontade individual. A afirmativa D está errada porque Kant não entendia a razão como elemento suficiente para guiar a vontade humana e trazer a felicidade coletiva. A afirmativa E está errada porque apresenta uma contradição no argumento: se a razão se torna livre das condições subjetivas que a coagem, ela não será conforme a vontade, pois a vontade é subjetiva. Quando se torna livre das condições subjetivas, a razão vai ao encontro dos interesses da sociedade, podendo agir conforme eles.

7. $01 + 02 + 04 = 07$
- A afirmativa 01 está correta, pois a cor pode ser detectada objetivamente, a partir do objeto. Mas determinar se a caneta é boa ou ruim depende de uma comparação com outras canetas. A afirmativa 02 está correta, juízos morais e juízos estéticos sempre estão implícitos em questões que envolvam valores, pois trata-se de critérios subjetivos. A afirmativa 04 está correta, definindo sucintamente o que é moral e o que é ética. A afirmativa 08 está incorreta, porque juízos de conhecimento podem ser fundamentados racionalmente, somente os de gosto não, pois estão presos à esfera do comportamento individual. Por fim, a alternativa 16 está incorreta, pois o existencialismo discute justamente os juízos morais, propondo uma liberdade do indivíduo que se sobreponha a eles.

8. a) Enquanto a autonomia refere-se à capacidade de autodeterminação da vontade com o propósito de realizar uma ação sem influência externa ou de qualquer impulso subjetivo, mas tão somente pela imposição do dever de cumprir aquilo que foi previamente designado pela razão, a heteronomia refere-se a ações realizadas sob a influência de elementos externos à própria razão. Trata-se de casos em que a determinação da vontade humana se dá mediante influência externa à própria razão, como o cumprimento de mandamentos divinos, ou elementos outros que afetam o desejo ou a dimensão da sensibilidade humana, determinando e influenciando a sua escolha.
- b) O imperativo categórico é um procedimento formal dado, segundo Kant, pela própria razão e dispõe das condições de discriminar máximas subjetivas de ação com a pretensão de fazer valer aquelas que se enquadram numa possível legislação universal. No caso da tirinha, o imperativo categórico é demonstrado na medida em que o personagem, diante de um conflito de ação, pondera racionalmente o aspecto intencional subjetivo e as consequências do ato, além de, notadamente, considerar a forma justa de agir baseada em princípios de validade universal.

9. e
- a) Incorreta. A esfera da moral compreende as ações humanas, que acontecem conforme uma construção social, que as direciona para algum lado. A ética se encarrega de fazer o estudo de distinção do bem e do mal, em uma dada moral.
 - b) Incorreta. A questão posta para a ética é justamente o estudo dos problemas morais.
 - c) Incorreta. A vida social está repleta de problemas morais e o ato moral é regulado pelos valores presentes na sociedade.
 - d) Incorreta. A moral tende ao bem ou a uma visão específica de bem, suas condutas são as consideradas válidas em uma dada sociedade e a investigação é feita pela ética.
 - e) Correta. A questão da ética é o estudo da moral.
10. Para Kant o homem é menor quando não pensa por conta própria, apenas por intermédio de outros, como por exemplo, a partir da religião, da política, da família, de amigos ou mesmo pela opinião do senso comum. Ao passo que, o homem atinge a maioridade quando, fazendo uso da razão, consegue formular suas próprias ideias.